

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. É esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Bahia PCH I S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

### 1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A BAHIA PCH I S.A. ("Bahia PCH I" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 1º de maio de 2007, controlada 100% pela Neoenergia. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui 100% de participação da PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BAHIA. A energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW com energia assegurada de 19,62 MW.

### 2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A PCH Sítio Grande, controlada pela BAHIA PCH I, está localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BAHIA. A energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW com energia assegurada de 19,62 MW.

A BAHIA PCH I S.A. gerou em 2013 o montante de 138.022,83 MWh, o qual representou 80,28% da garantia física. O fator de carga médio da Usina foi de 63,13%, produzindo 15,75 MW médios. A diferença entre a garantia física e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade da Usina em 2013 foi de 84,60% e o índice de confiabilidade foi de 99,32%.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
<i>Em milhares de reais</i>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.500	8.457	Fornecedores	8	4.569	3.940
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	3.062	2.531	Empréstimos e financiamentos	9	7.888	7.909
Impostos e contribuições a recuperar	6	230	241	Taxas regulamentares		4	4
Despesas pagas antecipadamente		113	117	Impostos e contribuições a recolher	10	791	687
Outros ativos circulantes		104	104	Dividendos	11	32.136	18.702
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>21.009</b>	<b>11.450</b>	Provisões	12	737	24
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Depósitos judiciais		96	32	Outros passivos circulantes		39	29
Outros ativos não circulantes		-	986	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>46.164</b>	<b>31.295</b>
Imobilizado	7	213.960	217.838	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Intangível		2	6	Empréstimos e financiamentos	9	68.052	75.984
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>214.058</b>	<b>218.862</b>	Partes relacionadas		-	1.305
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>235.067</b>	<b>230.312</b>	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.052</b>	<b>77.289</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13		
				Capital social		108.937	108.937
				Reservas de lucro		2.202	1.575
				Proposta de distribuição de dividendos adicional		9.712	11.216
				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>120.851</b>	<b>121.728</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>235.067</b>	<b>230.312</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Reserva de Lucros		Proposta de Distribuição de Dividendos adicional		Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Dividendos adicional	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>91.067</b>	<b>841</b>	-	<b>5.619</b>	<b>97.527</b>
Aumento de capital	17.870	-	-	-	17.870
Lucro líquido do exercício	-	-	14.669	-	14.669
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(4.854)	(4.854)
Destinações:					
Reserva legal	-	734	(734)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(13.935)	10.451	(3.484)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>108.937</b>	<b>1.575</b>	-	<b>11.216</b>	<b>121.728</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	12.557	-	12.557
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(10.451)	(10.451)
Destinações:					
Reserva legal	-	627	(627)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(11.930)	8.947	(2.983)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>108.937</b>	<b>2.202</b>	-	<b>9.712</b>	<b>120.851</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Informações Gerais

A BAHIA PCH I S.A. ("BAHIA PCH I ou Companhia") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 1º de maio de 2007 como uma companhia de capital fechado, 100% Neoenergia S.A.

A BAHIA PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA.

A energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW com energia assegurada de 19,62 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007 e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. O prazo de concessão da usina é de 30 anos, vencimento em dezembro de 2029.

A Companhia tem contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia e tem vigência até 31 de dezembro de 2029.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

### 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não faturadas, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita Operacional Bruta	31.295	34.135	9,1%
Receita Operacional Líquida	30.153	32.888	9,1%
EBITDA	25.482	23.885	(6,3%)
Resultado do Serviço	20.113	18.521	(7,9%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(3.155)	(4.510)	42,9%
Lucro Líquido	14.669	12.557	(14,4%)
Ativo Total	230.312	235.067	2,1%
Investimento	2.422	1.492	(38,4%)
Dívida Bruta	83.893	75.940	(9,5%)

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Dívida Líquida <sup>1</sup>	75.436	58.440	(22,5%)
Patrimônio Líquido	121.728	120.851	(0,7%)
<b>Indicadores Econômico-Financeiros<sup>2</sup></b>			
Margem EBITDA	84,51%	72,63%	11,88 p.p.
Margem Líquida	48,65%	38,18%	10,47 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	2,960	2,447	(17,4%)

<sup>1</sup> Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

<sup>2</sup> p.p. - pontos percentuais

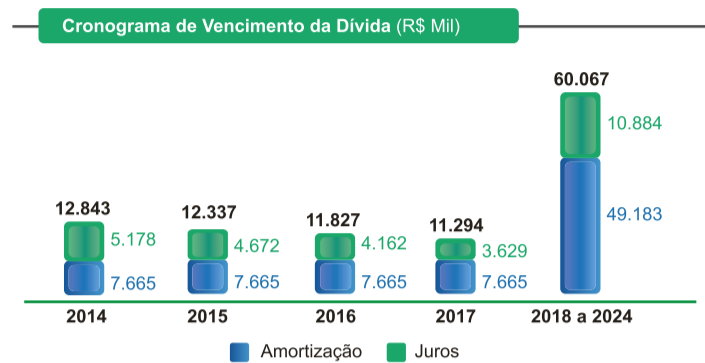
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	14.669	12.557	(14,4%)
Imposto de Renda e CSLL	2.289	1.454	(36,5%)
Receita Financeira	(3.965)	(1.249)	(68,5%)
Despesa Financeira	7.120	5.759	(19,1%)
Amortização / Depreciação	5.369	5.364	(0,1%)
<b>EBITDA</b>	<b>25.482</b>	<b>23.885</b>	<b>(6,3%)</b>

### 4. ENDIVIDAMENTO

#### 4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em maio de 2010, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no valor de R\$ 101 milhões, prazo de 14 anos sendo 12 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 1,92% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção da usina. O valor contratado pelo financiamento já foi totalmente liberado e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 80 milhões.



### 5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais			
	Notas	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	14	<b>32.888</b>	<b>30.153</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	15	<b>(13.147)</b>	<b>(9.569)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>19.741</b>	<b>20.584</b>
Despesas gerais e administrativas	15	(1.220)	(471)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>18.521</b>	<b>20.113</b>
Receitas financeiras	16	1.249	3.965
Despesas financeiras	16	(5.759)	(7.120)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>			
<b>E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>14.011</b>	<b>16.958</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.454)</b>	<b>(2.289)</b>
Corrente		(1.454)	(2.289)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.557</b>	<b>14.669</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$</b>		<b>0,12</b>	<b>0,13</b>

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais			
	2013	2012	
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>			
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	14.010	16.958	
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Depreciação e amortização	5.364	5.369	
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	5.447	6.628	
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	692	24	
Outras provisões	986	-	
	<b>26.499</b>	<b>28.979</b>	
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>			
Contas a receber de clientes e outros	(531)	(126)	
IR e CSLL a recuperar	(216)	(154)	
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	14	685	
Despesas pagas antecipadamente	4	5	
Outros ativos	-	6	
	<b>(793)</b>	<b>416</b>	
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Fornecedores	629	(1.033)	
Encargos de dívidas pagas	(5.714)	(6.968)	
Taxas regulamentares	-	(1)	
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(938)	(2.157)	
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(199)	(250)	
Partes relacionadas	(1.305)	(3.093)	
Outros passivos	12	28	
	<b>(7.515)</b>	<b>(13.474)</b>	
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18.191</b>	<b>15.921</b>	
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	(1.483)	(2.418)	
Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	-	289	
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.483)</b>	<b>(2.129)</b>	
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(7.665)	(7.665)	
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>9.043</b>	<b>(7.665)</b>	
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>9.043</b>	<b>6.127</b>	
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.457	2.330	
Caixa e equivalentes no final do exercício	17.500	8.457	
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>9.043</b>	<b>6.127</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

##### • Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

##### a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

##### • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

##### 2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.



## 2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

## 2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens, definida pela ANEEL. Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Resolução ANEEL nº 337 de 9 de dezembro de 1999.

## 2.11. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

## 2.12. Intangível

Compreende a faixas de serviços permanentes e software de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

## 2.13. Taxas Regulamentares

### a) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### b) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

## 2.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

## 2.15. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

## 2.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

## 2.17. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 2.18. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

## Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

## 3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

### 3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### 3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

#### a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e depósitos bancários à vista	20	103
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	17.480	8.354
	<b>17.500</b>	<b>8.457</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

## 5 Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Circulante	Ref.	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	(a)	2.726	2.528
Comercialização de energia na CCEE	(b)	336	3
<b>Total</b>		<b>3.062</b>	<b>2.531</b>

(a) Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica ao contrato de prestação de serviços.

(b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE e com recebimento em janeiro de 2014.

A necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é analisada de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e, após criteriosa análise das suas contas a receber, a Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	54	51
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	88	88
Programa de Integração Social - PIS	-	-	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	11
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	88	89
<b>Total</b>		<b>230</b>	<b>241</b>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

## 7 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	31/12/13		31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>				
Reservatórios, barragens e adutoras	118.802	(7.953)	110.849	113.300
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	36.487	(2.863)	33.624
Máquinas e equipamentos	3,6%	69.381	(6.386)	62.995
Veículos	4,1%	80	(39)	41
Móveis e utensílios	14,3%	33	(10)	23
		<b>224.783</b>	<b>(17.251)</b>	<b>207.532</b>
				<b>212.903</b>

## Em curso

Reservatórios, barragens e adutoras	4.820	-	4.820	3.869
Edificações, obras civis e benfeitorias	748	-	748	306
Máquinas e equipamentos	689	-	689	592
Outros	171	-	171	168
	6.428	-	6.428	4.935
<b>Total</b>	<b>231.211</b>	<b>(17.251)</b>	<b>213.960</b>	<b>217.838</b>

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>224.636</b>	<b>(6.514)</b>	<b>218.122</b>	<b>2.664</b>	<b>2.664</b>
Adições	-	-	-	2.418	2.418
Depreciação	-	(5.366)	(5.366)	-	-
Transferências	147	-	147	(147)	(147)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>224.783</b>	<b>(11.880)</b>	<b>212.903</b>	<b>4.935</b>	<b>4.935</b>
Adições	-	-	-	1.493	1.493
Depreciação	-	(5.371)	(5.371)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>224.783</b>	<b>(17.251)</b>	<b>207.532</b>	<b>6.428</b>	<b>6.428</b>

Todos os itens são depreciados conforme Resolução ANEEL 367/09 e atualizada pela Resolução ANEEL 474/12.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Resolução ANEEL nº 337 de 9 de dezembro de 1999.

## 8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>		
Energia elétrica:	-	211
Terceiros	-	211
Encargos de uso da rede	120	56
Terceiros	1	-
Partes relacionadas (nota 17)	119	56
Materiais e serviços	4.449	3.673
Terceiros	4.311	3.673
Partes relacionadas (nota 17)	138	-
<b>Total</b>	<b>4.569</b>	<b>3.940</b>

## 9 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal		Total	
			Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	TJLP + 1,92%	223	7.665	72.177	80.065	87.751
<b>Subtotal - BNDES</b>		<b>223</b>	<b>7.665</b>	<b>72.177</b>	<b>80.065</b>	<b>87.751</b>
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-	(4.125)	(4.125)	(3.858)	
<b>Total</b>		<b>223</b>	<b>7.665</b>	<b>68.052</b>	<b>75.940</b>	<b>83.893</b>

O financiamento com o BNDES com o propósito de financiar parte da construção da PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, e será amortizado em 168 parcelas mensais e sucessivas, a partir de junho de 2010 até maio de 2024. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 1,92% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Os saldos apresentados em garantias depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contratos de empréstimos, com a finalidade de garantia real.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2014	-	7.665
2015	7.665	7.665
2016	7.665	7.665
2017	7.665	7.665
2018	7.665	7.665
Após 2018	41.517	41.517
<b>Total obrigações</b>	<b>72.177</b>	<b>79.842</b>
(-) Garantias depósitos vinculados	(4.125)	(3.858)
<b>Total</b>	<b>68.052</b>	<b>75.984</b>

A mutação dos empréstimos, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>7.988</b>	<b>83.798</b>	<b>91.786</b>
Encargos	6.889	-	6.889
Transferências	7.665	(7.665)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(14.633)	-	(14.633)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(149)	(149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>7.909</b>	<b>75.984</b>	<b>83.893</b>
Encargos	5.693	-	5.693
Transferências	7.665	(7.665)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(13.379)	-	(13.379)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(267)	(267)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>7.888</b>	<b>68.052</b>	<b>75.940</b>

### Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 e Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 30%).

Nas informações intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2013 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/finança da Neoenergia.

## 10 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	169	140
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	134	97
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	53	56
Programa de Integração Social - PIS	20	16
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	92	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	97	103
Imposto Sobre Serviços - ISS	111	90
Impostos e contribuições retidos na fonte	115	112
<b>Total</b>	<b>791</b>	<b>687</b>

## 11 Dividendos

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A".

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>		
Ações ordinárias	108.937	108.937
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	12.557	14.669
Constituição da reserva legal (628)	-	(733)
Base de cálculo do dividendo	11.929	13.936
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>2.983</b>	<b>3.484</b>

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>10.364</b>
Dividendos adicionais 2011	4.854
Dividendos obrigatórios 2012	3.484
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>18.702</b>
Dividendos adicionais 2012	10.451
Dividendos obrigatórios 2013	



## 16 Resultado Financeiro

Receita Financeira	Ref.	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras		1.249	668
Variação monetária		-	4
Outras receitas financeiras	(a)	-	3.293
		<b>1.249</b>	<b>3.965</b>
<b>Despesa Financeira</b>			
Encargos de dívida	(5.692)	(7.080)	
Variação monetária	(19)	(9)	
Outras despesas financeiras	(48)	(31)	
		<b>(5.759)</b>	<b>(7.120)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(4.510)</b>	<b>(3.155)</b>

(a) Os valores de 2012 referem-se a encargos sobre mútuo junto a Neoenergia que foram quitados e baixados em 16 de fevereiro de 2012.

## 17 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Uso da Rede	-	119	(712)	-	56	(759)
		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(2)
			-	<b>119</b>	<b>(712)</b>	-	<b>56</b>	<b>(761)</b>
ITAPEBI		Outros	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	<b>1.305</b>	-
NC ENERGIA	(b)	Energia fornecida	-	-	1.189	-	-	-
			-	-	<b>1.189</b>	-	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	-	(1.730)	-	-	(1.889)
			-	-	<b>(1.730)</b>	-	-	<b>(1.889)</b>
Neoenergia O&M	(d)	Prestação de serviço	-	138	(269)	-	-	-
			-	<b>138</b>	<b>(269)</b>	-	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	32.135	-	-	18.702	-
			-	<b>32.135</b>	-	-	<b>18.702</b>	-

(a) Uso de rede - Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Coelba e BAHIA PCH I.

(b) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a e multa de 2%.

(c) Contrato de prestação de serviços de Operação e Manutenção entre NEOENERGIA SERVIÇOS e BAHIA PCH I.

(d) Contrato de prestação de serviços de Operação e Manutenção entre NEOENERGIA O & M e BAHIA PCH I. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve remuneração dos administradores na companhia.

## 18 Gestão do Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- Empréstimos, financiamentos.

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

### Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo financeiros (circulante/não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>3.062</b>	<b>3.062</b>	<b>2.531</b>	<b>2.531</b>
Contas a receber de clientes e outros	3.062	3.062	2.531	2.531
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>17.500</b>	<b>17.500</b>	<b>8.457</b>	<b>8.457</b>
Caixa e equivalentes de caixa	17.500	17.500	8.457	8.457
<b>Passivo financeiros (circulante/não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>(80.509)</b>	<b>(80.509)</b>	<b>(87.833)</b>	<b>(87.833)</b>
Fornecedores	(4.569)	(4.569)	(3.940)	(3.940)
Empréstimos e financiamentos	(75.940)	(75.940)	(83.893)	(83.893)

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/12/13			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	20	17.480	-	17.500
	<b>20</b>	<b>17.480</b>	-	<b>17.500</b>

### Fatores de Risco

- Riscos financeiros

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	R\$ Mil				
			Taxa no período	Cenário Saldo	Cenário Provável	Cenário (II) (III)	
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	21.605	1.755	1.316	878
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,00%	75.940	(5.255)	(6.204)	(7.154)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez  
O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 17.480 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/2013				
		2014	2015	2016	2017	de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>						
Empréstimos e financiamentos						
(75.940)	(108.368)	(12.843)	(12.337)	(11.827)	(11.294)	(60.067)
Fornecedores						
(4.569)	(4.569)	(4.569)	-	-	-	-

### Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, a mitigação do risco é realizado através de políticas de cobrança.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

✓ Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa			17.500	8.457
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Contas a receber de clientes e outros			3.062	2.531

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

## 19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância	Prêmio
Riscos Operacionais - Subestações e Usinas	08/10/2013 a 08/10/2014	135.122	113
Responsabilidade Civil Geral -Operações	08/10/2013 a 08/10/2014	50.000	10
Veículos	08/10/2013 a 08/10/2014	Tabela FIPE	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Apólice de Seguro de Riscos Operacionais - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo "all risks") exceto os expressamente excluídos na apólice.

Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobertura para operações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.000.

Veículos - coberturas de casco, responsabilidade civil facultativa de veículos, acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva em caso de sinistro ou roubo.

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Bahia PCH I S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

Jorge Luiz Pacheco (Suplente)

José Maurício Pereira Coelho

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Solange Maria Pinto Ribeiro

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da BAHIA PCH I S.A.

Alejandro Roman Arroyo  
Diretor-Presidente

Lady Batista de Moraes  
Diretora de Gestão de Pessoas

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014  
Elvira Cavalcanti Presta  
Diretora de Planejamento e Controle

Jose Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
Diretor de Regulação

Erik da Costa Breyer  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva - **Presidente**  
Mario José Ruiz-Tagle Larrain - **Vice-Presidente**

#### Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho  
Solange Maria Pinto Ribeiro

#### Suplentes

Jorge Luiz Pacheco  
Eduardo Capelastegui Saiz  
André Luis Dantas Furtado  
Lara Cristina Ribeiro Piau Marque

### DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo  
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

**Diretor Regulação**

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta

**Diretora de Planejamento e Controle**

Lady Batista de Moraes

**Diretora de Gestão de Pessoas**

### CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares  
**CRC-RJ - 092950/O-5**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bahia PCH I S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Bahia PCH I S.A. ("Bahia PCH I" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de